ARTIGO

Quando a cidade desafina: escuta, gentrificação e partitura urbana no mundo globalizado

When the City Falls Out of Tune: Listening, Gentrification, and the Global Urban Score

Jovani Dala Bernardina[1]

Alexandre Siqueira de Freitas[2]

Recebido em: 14/06/2026/ Aceito em: 05/11/2026
DOI: 10.12660/rm.v18n29.2026.98498

Resumo

Este artigo propõe compreender a gentrificação como processo de "desafinação urbana", entendido como reordenação dos regimes sensíveis da cidade globalizada. Em formato de ensaio teórico interdisciplinar, articulado à leitura documental e visual de registros públicos sobre a Praça do Cauê, em Vitória/ES, discute-se como a valorização imobiliária, a estetização urbana e a mercantilização da cultura alteram ritmos cotidianos, silêncios, paisagens sonoras e formas de permanência. A noção de cidade como partitura sensível orienta a análise das disputas entre cultura, poder e experiência urbana. Conclui-se que escutar a cidade permite tornar audíveis tensões que a imagem oficial da renovação urbana tende a suavizar.

Palavras-chave: desafinação urbana; gentrificação; escuta; paisagem sonora; globalização.

Abstract

This article proposes understanding gentrification as a process of "urban dissonance", understood as the reordering of the sensory regimes of the globalized city. Structured as an interdisciplinary theoretical essay, articulated with a documentary and visual reading of public records on Praça do Cauê, in Vitória/ES, Brazil, it discusses how real estate valorization, urban aestheticization, and the commodification of culture alter everyday rhythms, silences, soundscapes, and forms of permanence. The notion of the city as a sensory score guides the analysis of disputes between culture, power, and urban experience. It concludes that listening to the city makes it possible to render audible tensions that the official image of urban renewal tends to soften.

Keywords: urban dissonance; gentrification; listening; soundscape; globalization.

[1] Doutoranda em Artes pelo Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5038-5672. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1003388753252063. Email: jvdalab@gmail.com.

[2] Doutor em Artes e Musicologia pela Universidade de São Paulo e pela Sorbonne Université, em regime de cotutela. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4989-352X. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4616788871589192. Email: alexandre_sfreitas@yahoo.com.br.

Introdução

Toda cidade possui o que, neste texto, entenderemos por uma “afinação” própria, feita de sons, silêncios, ritmos, gestos, imagens, deslocamentos e formas de permanência. Mais que apenas um conjunto de edifícios, ruas e fluxos econômicos, a cidade é também uma composição sensível em contínua transformação[3]. Nela, vozes, ruídos, grafias, obras, conversas e ausências participam de uma espécie de partitura urbana, na qual diferentes modos de vida entram em relação, conflito e disputa. Escutar a cidade, nesse sentido, significa perceber, para além dos sons, as camadas sensíveis que organizam a experiência urbana: o que se torna audível, o que é silenciado e o que a imagem oficial tenta suavizar.

Em um mundo globalizado, essas disputas tornam-se ainda mais intensas. Como argumenta Milton Santos (2001, p. 18-21), a globalização pode ser compreendida simultaneamente como fábula, perversidade e possibilidade. Como fábula, ela se apresenta sob a promessa de integração, mobilidade, criatividade, conectividade e progresso. Como perversidade, aprofunda desigualdades, estimula deslocamentos, produz dependências econômicas e formas de controle cultural. Ao mesmo tempo que se intensifica a circulação de pessoas e produtos, se fortalecem fronteiras, físicas ou simbólicas, e mecanismos de controle, conforme notou Eduardo Viveiros de Castro (2011, p. 887). Como possibilidade, entretanto, permite imaginar outros usos do território, outras formas de cidadania e outras práticas de solidariedade. A cidade globalizada condensa essas três dimensões: é vendida como imagem cosmopolita, submetida à lógica mercantil e, ao mesmo tempo, atravessada por práticas de resistência que insistem em reinscrever o comum.

Nesse contexto, a gentrificação deve ser compreendida como valorização imobiliária, substituição populacional, reformulação visual e, sobretudo, reconfiguração sensível da cidade. Ao alterar os usos do território, os modos de circulação e as formas de permanência, a gentrificação modifica ritmos cotidianos, paisagens sonoras, relações de vizinhança, memórias locais e possibilidades de presença. A cidade desafina quando o som das obras substitui a conversa da rua, quando o silêncio dos imóveis vazios ocupa o lugar da vida doméstica, quando a

[3] “Do latim, *componere*, “colocar junto, combinar”, a palavra é formada por *com/* “junto” e *ponere/* “colocar, botar no lugar”. Compor é abrir espaço e tempo para recombinação mútua de experiência (...)”. (DERDYK, 2025, p. 15).

cultura local é convertida em cenário turístico e quando a diversidade urbana passa a ser administrada como recurso de valorização.

Entende-se por “desafinação urbana” o processo pelo qual transformações espaciais, econômicas e culturais reordenam a experiência sensível da cidade, alterando ritmos cotidianos, paisagens sonoras, silêncios, permanências e formas de convivência. O conceito não se limita ao aumento do ruído nem supõe a perda de uma harmonia anterior; nomeia a reorganização das relações entre corpos, sons, imagens, usos e memórias no espaço urbano. Em contextos de gentrificação, essa desafinação manifesta-se quando a valorização imobiliária, a estetização dos territórios e a mercantilização da cultura produzem novas hierarquias de presença, legitimando alguns modos de vida e deslocando, suavizando, silenciando ou invisibilizando outros.

Em diálogo com essa hipótese, *Vozes da tirania*, de Murray Schafer (2019), permite pensar a paisagem sonora como campo de tensões sociais e materiais. Sua reflexão sobre a paisagem sonora ilusória e a paisagem sonora envidraçada ajuda a compreender cidades que se oferecem como vitrines, mas filtram, domesticam ou bloqueiam a experiência sensível do habitar (Schafer, 2019, p. 82; 89).

Essa discussão também se articula à compreensão ampliada de escuta exposta por Alexandre Siqueira de Freitas. Ao pensar a escuta para além do domínio estritamente sonoro, Freitas (2025) abre caminho para uma abordagem interartística e multissensorial da experiência estética, na qual ver, ler, ouvir e sentir não aparecem como operações isoladas, mas como modos entrelaçados de relação com o mundo. A partir dessa perspectiva, escutar a cidade implica também ler suas imagens, perceber ausências, acompanhar seus ritmos e reconhecer as inscrições que produzem presença no espaço urbano.

A cidade globalizada pode, portanto, ser compreendida como território sensível em disputa. A partir de Jacques Rancière (2009, p. 15), essa disputa diz respeito à “partilha do sensível”, isto é, aos modos pelos quais se define quem pode aparecer, falar, ser ouvido e participar do comum. Nas cidades marcadas pela gentrificação, essa partilha é tensionada por políticas urbanas, interesses imobiliários, fluxos turísticos, práticas culturais autônomas e gestos de resistência cotidiana. O que está em jogo envolve o direito de ocupar a cidade e de produzir seus sons, imagens, memórias e ritmos.

Este artigo propõe, assim, analisar a gentrificação como processo de desafinação sensível da cidade globalizada, tomando a escuta, a paisagem sonora e a noção de partitura urbana como ferramentas críticas para compreender disputas culturais, políticas e simbólicas no espaço urbano contemporâneo. Parte-se da seguinte questão: de que modo a escuta permite compreender a gentrificação como reconfiguração sensível da cidade e de seus modos de presença?

Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico de caráter interdisciplinar, fundamentado em revisão bibliográfica nos campos dos estudos urbanos, dos estudos sonoros, da fenomenologia da escuta e da teoria crítica da cultura. A análise articula autores que discutem globalização, produção do espaço, gentrificação, paisagem sonora e partilha do sensível. Em seu último movimento, o artigo recorre ainda à leitura documental e visual de registros públicos sobre a Praça do Cauê, em Vitória/ES, tomando imagens e matérias institucionais/jornalísticas como apoio para pensar reformas urbanas, apagamentos e regimes de presença. Não se trata de observação de campo, mas de uma aproximação documental voltada à compreensão da praça reformada como figura analítica da gentrificação sensível.

O texto organiza-se em quatro movimentos. Inicialmente, discute-se a relação entre globalização, cultura e poder, tomando a cidade como território sensível. Em seguida, desenvolve-se a ideia de cidade como partitura urbana, em diálogo com teorias da escuta e das interartes. O terceiro momento aborda a gentrificação como desafinação urbana, enfatizando seus efeitos sobre ritmos e atmosferas cotidianas. Por fim, propõe-se uma escuta das reformas de praças, considerando apagamentos, silêncios, rastros urbanos e regimes de presença como indícios sensíveis de uma cidade em disputa.

Globalização, cultura e poder: a cidade como território sensível

Pensar a cidade no mundo globalizado exige ultrapassar a compreensão do espaço urbano como simples suporte físico das relações sociais. A cidade contemporânea é produzida por fluxos econômicos, culturais, tecnológicos e simbólicos que atravessam diferentes escalas, do bairro ao mercado financeiro, da rua às plataformas digitais, da experiência cotidiana às narrativas globais de consumo. Nesse processo, o urbano se constitui como território sensível em disputa, no qual formas de habitar, circular, ver, escutar e pertencer são reorganizadas por relações

de poder. A globalização incide sobre a economia, sobre a circulação de bens e informações, sobre os modos de percepção, sobre os ritmos da vida comum e sobre as formas pelas quais a cultura é convertida em valor urbano.

A globalização será aqui compreendida sob os fundamentos trazidos por Milton Santos (2001, p. 18-21). Considera-se que suas premissas, apesar de lançadas há décadas, continuam válidas. A globalização é uma operação ambivalente, que combina fábula, perversidade e possibilidade. Ao formulá-la desse modo, Santos (2001, p. 20-21) permite perceber como a narrativa da integração planetária convive com processos concretos de desigualdade, deslocamento e controle cultural. Como fábula, apresenta-se por meio de imagens sedutoras de mobilidade, criatividade, conectividade e progresso. A cidade globalizada aparece, nesse imaginário, como espaço cosmopolita, conectado e aberto ao mundo, fazendo circular imagens de modernização: centros restaurados, zonas culturais, fachadas coloridas, festivais, experiências turísticas e marcas territoriais. A promessa de integração, contudo, convive com o aprofundamento das desigualdades, a financeirização da vida urbana, a expulsão de populações vulnerabilizadas e a submissão dos territórios às lógicas do mercado global. É nessa fricção entre promessa e espoliação que a cidade globalizada se torna um território sensível em disputa.

A cidade, nesse contexto, torna-se um dos lugares privilegiados de materialização da globalização neoliberal. O espaço urbano é reorganizado como mercadoria e plataforma de investimento cultural. Essa transformação inscreve-se nas fachadas, nos aluguéis, nas políticas de requalificação, nos usos regulados e nos silêncios produzidos. Como observa Lefebvre, o espaço é produzido histórica e politicamente, carregando em sua materialidade as disputas entre valor de uso e valor de troca, entre apropriação cotidiana e dominação abstrata (Lefebvre, 2008, p. 14). Assim, a cidade constitui uma das formas mais visíveis e sensíveis da globalização.

A crítica de David Harvey aprofunda esse entendimento ao demonstrar que a urbanização se tornou uma estratégia central para a absorção de excedentes de capital (Harvey, 2014, p. 30-33). A produção de novas centralidades, a valorização imobiliária, os megaeventos, os projetos de requalificação e os investimentos em infraestrutura cultural integram um processo no qual a cidade passa a funcionar como máquina de circulação e acumulação. O direito à cidade, nesse cenário, envolve o poder coletivo de reinventar a vida urbana, seus usos, seus ritmos e suas formas de

sociabilidade (Harvey, 2014, p. 28). Quando esse direito é capturado por interesses imobiliários, turísticos e financeiros, a capacidade coletiva de transformar a cidade é subordinada às lógicas da valorização e do consumo urbano.

É nessa passagem da cidade como obra à cidade como produto que a cultura assume papel ambíguo. Zukin mostra como a retórica da autenticidade se torna uma força central nos processos contemporâneos de valorização urbana. Bairros populares, práticas artísticas, memórias locais e estéticas de rua passam a ser mobilizados como signos de distinção cultural, compondo narrativas que alimentam o consumo urbano (Zukin, 2010, p. x-xii). A cultura, nesse movimento, é convocada com intensidade e traduzida em atmosfera, marca, experiência e cenário. Aquilo que constituía vida cotidiana, conflito e pertencimento passa a ser enquadrado como identidade vendável.

Esse processo é inseparável da gentrificação. Neil Smith compreende a gentrificação como estratégia urbana global, articulada à reestruturação neoliberal das cidades, à atuação conjunta entre Estado e capital privado e à transformação dos centros urbanos em espaços de valorização imobiliária (Smith, 2002, p. 427; 437-441). Mais do que uma transformação espontânea de bairros degradados, trata-se de um processo político e econômico que reorganiza o espaço segundo interesses de valorização do solo. Lees, Slater e Wyly, ao sistematizarem os debates sobre o tema, reforçam que a gentrificação envolve substituições sociais, deslocamentos materiais e simbólicos, aumento dos custos de permanência e reconfiguração dos modos de vida urbanos (Lees; Slater; Wyly, 2008, p. xv-xvii; xxi-xxii). Sua violência age sobre moradias, memórias, rotinas, vizinhanças e paisagens sensíveis.

Compreendida nessa chave, a gentrificação opera também como tecnologia cultural. Ao transformar territórios em paisagens consumíveis, ela reorganiza o que pode ser visto, o que deve ser preservado, o que pode soar, quem pode permanecer e quais formas de presença são consideradas legítimas. Certas expressões culturais são incorporadas à imagem oficial da cidade, enquanto outras são apagadas, policiadas ou tornadas indesejáveis. O grafite autorizado pode tornar-se atração turística, enquanto a inscrição anônima é tratada como sujeira; a música de rua pode ser celebrada como experiência urbana, desde que integrada à programação cultural; o ruído da obra é aceito como sinal de progresso, enquanto os sons da vida popular

passam a ser percebidos como incômodo. A cidade globalizada seleciona imagens e administra sensibilidades.

A noção de cidade como território sensível permite compreender essa dimensão menos evidente das disputas urbanas. A transformação globalizada do espaço age sobre edifícios, praças e mercados, mas também sobre atmosferas, escutas, ritmos e afetos. O bairro que se torna desejável para o investimento pode deixar de ser habitável para antigos moradores. A rua convertida em cenário turístico pode perder sua função de encontro cotidiano. O silêncio de um imóvel vazio, a repetição dos sons de obra, a substituição de comércios locais por estabelecimentos voltados ao consumo externo, a estetização de fachadas e o controle das presenças indesejadas compõem uma gramática sensível da gentrificação. Nela, cultura e poder aparecem entranhados na experiência ordinária da cidade.

Por isso, a crítica à globalização urbana precisa alcançar a dimensão da possibilidade. Em diálogo com Santos (2001, p. 20-21; 114-115), se a globalização como perversidade produz deslocamentos, padronizações e capturas culturais, sua dimensão de possibilidade abre espaço para imaginar outros usos do território, outras formas de solidariedade e outras maneiras de produzir o comum. Essa possibilidade realiza-se nas práticas situadas que tensionam a lógica mercantil da cidade: ocupações, redes comunitárias, grafias urbanas, escutas coletivas, intervenções efêmeras, arquivos de rua e gestos cotidianos que recusam a redução da vida urbana à sua forma vendável.

Assim, compreender a cidade como território sensível significa reconhecer que as disputas contemporâneas entre cultura e poder atravessam corpos, percursos, imagens, temporalidades e formas de permanência. É nesse campo que a gentrificação pode ser pensada como desafinação urbana: ela altera a paisagem física da cidade e desorganiza suas composições sensíveis, submetendo ritmos cotidianos, vínculos locais, formas de presença e memórias coletivas às cadências da valorização urbana.

A cidade como partitura sensível: escuta, ruído e composição do comum

Se a globalização neoliberal transforma a cidade em território de investimento, circulação e consumo, a escuta ampliada, mencionada no início do texto, permite perceber aquilo que a imagem urbana tende a suavizar. A cidade organiza sons,

pausas, repetições, interrupções e ritmos variados. Cada rua possui durações próprias; cada bairro conserva modos específicos de ressonância; cada praça organiza encontros, pausas, deslocamentos e ruídos. Pensar a cidade como partitura sensível significa compreender que sua experiência é composta por múltiplas camadas perceptivas, nas quais sons, imagens, corpos, superfícies, gestos e memórias produzem uma escrita urbana em permanente transformação.

A noção de partitura, aqui, designa uma composição aberta, instável e coletiva, feita de acontecimentos simultâneos, intensidades desiguais e presenças em disputa. Ela também pode ser compreendida como registro interior, ao mesmo tempo individual e coletivo, pois cada experiência urbana combina percepções singulares e marcas compartilhadas da vida comum. O espaço urbano é atravessado por marcas materiais e imateriais: motores, conversas, sirenes, obras, fachadas envidraçadas, grafites, silêncios e rastros de usos anteriores. Esses elementos formam uma textura sensível que encontra na escuta ampliada uma importante forma de atenção e percepção.

No campo da arte, a compreensão ampliada da escuta permite aproximá-la de outros modos de apreensão sensível, como ler, ver e tocar. Ao deslocar a escuta de uma dimensão exclusivamente auditiva, Freitas a inscreve em um campo interartístico e multissensorial, no qual escutar pode significar penetrar uma imagem, acompanhar sua vibração, perceber seus ritmos internos e reconhecer as relações que ela estabelece com o corpo e com o mundo (Freitas, 2025, p. 4-5). Essa perspectiva permite pensar a cidade como imagem sonora e como superfície audível, na qual o visual e o acústico se atravessam continuamente.

A cidade como partitura sensível atravessa as fronteiras entre ver e ouvir. Uma fachada abandonada pode produzir silêncio social; uma inscrição no muro pode funcionar como ruído político; uma obra em andamento pode anunciar valorização imobiliária; um imóvel vazio pode fazer ressoar uma ausência; uma vitrine pode filtrar a relação entre interior e exterior; uma música de rua pode interromper a pressa e instaurar outra temporalidade no espaço comum. A escuta torna-se, assim, uma prática de leitura expandida do urbano, capaz de perceber aquilo que se deposita nos intervalos entre imagem, som e memória.

As relações entre tempo, espaço, imagem visual e imagem sonora também ajudam a compreender a cidade como experiência composta por temporalidades sobrepostas. Em diálogo com os Estudos Interartes e com a Fenomenologia, Freitas

observa como essas dimensões podem se articular na experiência estética, permitindo pensar o som como imagem e o tempo como espacialidade sensível (Freitas, 2023, p. 324-325). Essa abordagem permite pensar o espaço urbano a partir de temporalidades sobrepostas: o tempo da moradia difere do tempo do turismo; o tempo da vizinhança difere do tempo do investimento imobiliário; o tempo do caminhar cotidiano difere do tempo acelerado da circulação mercantil. Cada uma dessas temporalidades produz ritmos, pausas e intensidades distintas. Quando tais tempos entram em conflito, a cidade passa a ser percebida como composição dissonante.

A escuta urbana também permite reconhecer o ruído como categoria política. O ruído pode operar como sinal de conflito, presença e interrupção. Em determinados contextos, aquilo que é nomeado como ruído revela o incômodo produzido por corpos, práticas e modos de vida que escapam à ordem desejada da cidade “higienizada”. Sons imprevisíveis, como aqueles de festas de rua informais, vendedores ambulantes, manifestações, crianças brincando, músicas periféricas e inscrições visuais podem ser tratados como perturbações quando contrariam uma certa imagem de cidade globalizada, desejada por certos grupos de poder. O ruído, nesse caso, atua como índice de disputa pelo comum.

No campo dos estudos sonoros, o som pode ser pensado como prática espacial, relacional e social. Para Brandon LaBelle, a escuta envolve formas de presença, negociação e pertencimento, pois o som atravessa fronteiras, ocupa espaços, aproxima corpos e torna perceptíveis relações que a visualidade nem sempre evidencia (LaBelle, 2019, p. xviii). Em uma cidade marcada por desigualdades, escutar significa acompanhar os modos pelos quais diferentes sujeitos disputam a possibilidade de aparecer, permanecer e ressoar no espaço urbano. A escuta torna-se uma forma de atenção às presenças que atravessam o espaço comum.

Essa dimensão relacional aproxima-se de uma compreensão da escuta como abertura à ressonância e ao sentido em formação. Na leitura de Jean-Luc Nancy, a escuta se abre à ressonância, e essa ressonância coloca em jogo a relação do sujeito consigo e com aquilo que o atravessa (Nancy, 2007, p. 53). Na experiência urbana, essa abertura ganha força, pois a cidade é composta por sons e sinais que não pertencem por completo a ninguém. Escutá-la exige aceitar sua multiplicidade, sua opacidade e seus atritos.

A ideia de habitar como percurso, movimento e relação com linhas de vida amplia essa compreensão da cidade como composição sensível. Para Tim Ingold, viver no mundo implica seguir caminhos, pois vidas, habilidades, observações e entendimentos se constituem ao longo do movimento (Ingold, 2015, p. 48). A cidade, nessa chave, pode ser compreendida como trama de linhas em movimento: linhas de deslocamento, linhas sonoras, linhas gráficas, linhas de memória, linhas de fuga e linhas de permanência. Em diálogo com Ingold, os lugares se formam pelo entrelaçamento de caminhos e relações, como nós de uma malha em contínuo deslocamento (Ingold, 2015, p. 298). A partitura urbana se faz nos percursos, nos encontros, nas interrupções e nos modos como os corpos insistem em habitar.

A escuta também pode orientar uma prática metodológica voltada à experiência situada. A etnografia sensorial proposta por Sarah Pink desloca a pesquisa do campo puramente discursivo e valoriza o corpo, os sentidos, os ambientes e as experiências vividas, compreendendo a prática etnográfica como processo situado nas relações entre corpo, mente e ambiente (Pink, 2015, p. 28). Esse horizonte é relevante para uma leitura da cidade como partitura sensível, pois permite considerar caminhadas, registros, observações, sons, atmosferas e gestos como formas legítimas de conhecimento. A cidade é interpretada, percorrida, sentida, escutada e incorporada.

Compreender a cidade como partitura sensível implica reconhecer que o comum se compõe em meio a disputas. Essa composição envolve harmonia e conflito, permanência e apagamento, voz e silêncio, presença e deslocamento. A cidade globalizada tenta muitas vezes organizar essa partitura segundo uma lógica mercantil, selecionando quais sons, imagens e corpos devem compor sua cena oficial. A experiência urbana, porém, excede essa ordenação. Ruídos imprevistos, grafias anônimas, práticas culturais autônomas, usos desviantes e formas cotidianas de presença reintroduzem dissonâncias no espaço administrado.

A noção de partitura sensível prepara, assim, a compreensão da gentrificação como processo que altera ritmos, apaga presenças, intensifica ruídos e produz silêncios específicos. Ao modificar os modos de habitar e circular, ela interfere também nos modos de escutar.

Gentrificação como desafinação urbana

A gentrificação costuma ser descrita a partir de transformações imobiliárias, valorização do solo, substituição populacional e requalificação de áreas urbanas. Esses elementos são relevantes, mas não esgotam a experiência do processo. Ao reorganizar quem pode permanecer, quais usos são legitimados e quais práticas se tornam indesejáveis, a gentrificação interfere diretamente na composição sensível da cidade: altera ritmos cotidianos, sons recorrentes, silêncios, atmosferas, presenças e modos de convivência. É nesse sentido que pode ser compreendida como desafinação urbana: uma alteração profunda e violenta na maneira como a cidade soa, vibra, aparece e é habitada.

A noção de desafinação urbana permite deslocar a análise da gentrificação para o campo da experiência sensível, preservando sua dimensão econômica e política. O processo está ligado à urbanização do capital, à produção de novas centralidades e à conversão do espaço em mercadoria. Na leitura de Harvey, a cidade contemporânea torna-se lugar estratégico para a absorção de excedentes de capital, pois a urbanização neoliberal transforma territórios em plataformas de investimento e consumo (Harvey, 2014, p. 30-33; 46-49). Essa dinâmica atinge a moradia, os serviços, os espaços públicos e a cultura, produzindo novas hierarquias de uso e acesso. Quando a cidade passa a ser organizada prioritariamente como ativo, seus ritmos comuns são submetidos à cadência do mercado.

Como estratégia urbana global, a gentrificação participa de uma reestruturação mais ampla do capitalismo. Smith interpreta esse processo como reconquista dos centros urbanos, valorização imobiliária e reorganização dos territórios conforme interesses de classe (Smith, 2002, p. 442-446). A sistematização proposta por Lees, Slater e Wyly reforça essa leitura ao destacar que a gentrificação, em sua forma contemporânea, articula regeneração urbana, neoliberalismo, deslocamentos materiais e simbólicos, substituições sociais, crise de acessibilidade e experiências desiguais da cidade (Lees; Slater; Wyly, 2008, p. xviii-xxiv). O deslocamento começa antes da saída física dos moradores, quando os usos cotidianos perdem legitimidade, quando o comércio local passa a parecer inadequado ao novo perfil de consumo e quando certas presenças são percebidas como ruído na paisagem desejada.

Essa perda gradual de pertencimento afeta a sonoridade da cidade. O bairro em transformação passa a ser marcado por ruídos de obra, reformas, demolições, máquinas, caminhões, perfurações, serras, andaimes e serviços de manutenção.

Esses sons anunciam a chegada de um novo ciclo urbano. Muitas vezes, aparecem como sinais de progresso, modernização ou cuidado patrimonial, embora também indiquem expulsão, substituição e esvaziamento. O som da construção carrega a promessa de valorização e, simultaneamente, a ameaça de deslocamento. A cidade desafina quando o ruído do investimento encobre os ritmos da vida cotidiana.

Em *Vozes da tirania* (Schafer, 2019), a discussão sobre a paisagem sonora ilusória oferece uma chave fecunda para essa leitura. O autor observa que determinados espaços podem parecer tranquilos e desejáveis quando apresentados pela imagem, enquanto revelam outra experiência quando escutados ao longo do tempo. Ruídos de obras, máquinas, aparelhos de climatização, manutenção e serviços domésticos compõem uma camada acústica muitas vezes ocultada pelas representações visuais do espaço (Schafer, 2019, p. 82). Essa reflexão permite compreender a cidade gentrificada como paisagem vendida pelo olhar e tensionada pela escuta. O território valorizado pode apresentar fachadas restauradas, vitrines elegantes e imagens pacificadas, enquanto sua sonoridade revela fricções, substituições e incômodos produzidos pela transformação urbana.

A ideia de paisagem sonora envidraçada amplia essa leitura. Ao refletir sobre o vidro e seus efeitos na experiência sensível, Schafer chama atenção para a separação entre ver e ouvir, entre interior e exterior, entre observação e participação (Schafer, 2019, p. 89). A cidade globalizada multiplica superfícies envidraçadas: cafés panorâmicos, hotéis, apartamentos de luxo, lojas, museus, centros culturais e fachadas que transformam a rua em cena observável. O vidro permite ver a cidade enquanto filtra seus sons, cheiros, temperaturas e conflitos. Forma-se uma experiência urbana mediada pela transparência e pela distância, na qual a cidade aparece como imagem, enquanto sua materialidade sensível é filtrada.

Essa paisagem envidraçada aproxima-se dos processos de estetização urbana analisados por Zukin. A autenticidade torna-se recurso de distinção e consumo, sendo mobilizada para produzir atmosferas desejáveis em bairros reconfigurados (Zukin, 2010, p. x-xii). O antigo, o popular, o alternativo e o artístico podem ser incorporados como signos de valor simbólico, desde que domesticados pela lógica do mercado. A cultura local passa a compor uma cenografia urbana, muitas vezes dissociada dos sujeitos e das práticas que a produziram. Assim, a gentrificação seleciona, enquadra e reorganiza os vestígios culturais que podem circular como imagem vendável.

Esse processo de seleção produz também uma política do silêncio. Certos sons passam a ser desejados: música ambiente, ruídos controlados de cafés, sons discretos de consumo, programação cultural autorizada, eventos organizados para públicos específicos. Outros sons tornam-se incômodos: festas populares, conversas altas, vendedores ambulantes, músicas de rua, crianças brincando, manifestações, práticas juvenis e modos de convivência que escapam ao repertório da cidade higienizada. A desafinação urbana ocorre quando a pluralidade sonora da vida comum é substituída por uma acústica regulada, orientada pela valorização imobiliária e pelo conforto de novos consumidores.

A disputa entre valor de uso e valor de troca ajuda a compreender essa transformação. O espaço urbano, enquanto produção social, carrega práticas, memórias, conflitos e formas de apropriação cotidiana, como propõe Lefebvre (2008, p. 19-20). A gentrificação desloca esse equilíbrio ao subordinar os usos vividos à rentabilidade do território. Ruas antes marcadas por encontros, vizinhanças e permanências passam a ser reorganizadas por fluxos rápidos, consumos temporários e presenças seletivas. O direito à cidade, nessa chave, envolve também o direito de soar, permanecer, produzir ritmos e participar da composição sensível do espaço comum.

A tensão entre valor de uso e valor de troca atravessa também o campo da criatividade urbana. Sob o discurso da criatividade, práticas culturais insurgentes podem ser incorporadas como instrumentos de requalificação, branding territorial e atração de investimentos. A crítica de Mould à cidade criativa aponta justamente para esse risco: a criatividade deixa de operar como força crítica e passa a ser administrada como recurso econômico (Mould, 2015, p. 4). Murais, grafites, festivais, eventos sonoros, mercados culturais e experiências urbanas são convocados para produzir atmosfera, circulação e desejo de consumo. A cidade criativa pode transformar dissonâncias em ornamento, incorporando o ruído da resistência como trilha sonora controlada da valorização urbana.

Estudos recentes sobre intervenções urbanas no Porto, em Portugal, indicam que inscrições e grafites podem atuar simultaneamente como formas de resistência simbólica à gentrificação e como elementos suscetíveis à captura por dispositivos de

artwashing, *city branding*[4] e valorização territorial (Bernardina, 2025, p. 214; 223-224), evidenciando a ambivalência das práticas culturais nos processos de requalificação urbana. Essa ambivalência reforça que a disputa sensível da cidade não se dá apenas entre presença e apagamento, mas também entre resistência, incorporação e neutralização estética.

Nessa engrenagem, a gentrificação age como dispositivo de reorganização perceptiva. Ela define quais memórias devem permanecer como patrimônio, quais práticas podem ser convertidas em cultura, quais corpos podem circular sem suspeita e quais sons devem compor a paisagem oficial. A desafinação urbana envolve a alteração das relações entre som, silêncio, presença e pertencimento. Um bairro pode tornar-se mais silencioso e, ainda assim, mais violento do ponto de vista sensível, caso esse silêncio resulte do esvaziamento de moradores, da expulsão de práticas populares ou da neutralização dos conflitos que sustentavam sua vitalidade.

Nesse ponto, a leitura de Santos permanece importante por abrir a discussão para a dimensão da possibilidade. Se a cidade gentrificada evidencia a perversidade de um modelo urbano orientado pela valorização, ela também deixa entrever práticas que recusam a redução do território à sua forma mercantil. A desafinação urbana revela conflitos que a imagem oficial tenta pacificar e torna perceptíveis outras formas de habitar, escutar e compartilhar a cidade.

Diante dessa desafinação, certas práticas culturais e usos cotidianos do espaço podem operar como respostas sensíveis, ainda que frágeis e provisórias. Ocupações efêmeras, grafias urbanas, encontros comunitários, escutas coletivas, intervenções temporárias e modos autônomos de permanência reintroduzem ritmos laterais na cidade administrada. Essas práticas não precisam constituir um campo teórico paralelo no interior deste artigo; interessam aqui como indícios de que a cidade, mesmo capturada por lógicas de valorização, continua sendo disputada em suas formas de presença, uso e escuta.

Compreender a gentrificação como desafinação urbana permite escutar os processos de transformação da cidade em suas camadas menos evidentes. O ruído da obra, o silêncio do imóvel vazio, a música controlada, os fluxos turísticos e a domesticação das expressões culturais compõem uma partitura atravessada por

[4] *Artwashing* refere-se ao uso da arte para legitimar ou suavizar processos urbanos desiguais; *city branding* designa estratégias de construção da cidade como marca, associadas à atração de investimentos, turismo e consumo.

desigualdades. A vida comum é reescrita segundo a lógica da valorização, e nessa dissonância tornam-se audíveis os conflitos entre mercado, memória, cultura e permanência.

Escutar as reformas: praças, apagamentos e regimes de presença

As reformas urbanas oferecem um ponto privilegiado para perceber como a cidade é reescrita em sua dimensão sensível. Praças antigas, ao serem revitalizadas, costumam ser apresentadas como sinais de cuidado, modernização, segurança e valorização do espaço público. Bancos novos, iluminação reforçada, paisagismo reorganizado e superfícies limpas compõem uma imagem de ordem e renovação. A escuta dessas transformações revela que a reforma reorganiza a experiência cotidiana do lugar. A reflexão aqui se organiza como leitura crítica de uma situação urbana recorrente: reformas e revitalizações que, ao prometerem cuidado e modernização, também reordenam formas de uso, permanência e convivência. Esse procedimento permite observar a praça reformada como figura analítica da gentrificação sensível, isto é, como espaço no qual a melhoria material pode coexistir com apagamentos cotidianos.

A reflexão desenvolvida nesta seção assume a forma de leitura crítica, documental e visual de registros públicos sobre reformas urbanas. As imagens da Praça do Cauê, em Vitória/ES, são mobilizadas como documentos de ciclos distintos de requalificação do mesmo espaço público, evitando uma comparação visual direta entre antes e depois da intervenção. A Figura 1 refere-se à revitalização entregue em 2017, com reorganização de áreas de convivência, mobiliário e equipamentos de lazer; a Figura 2 corresponde à intervenção visual vinculada ao projeto Renova, em 2025, marcada pela presença de mural artístico, marcas parceiras e narrativa institucional de cidade. Lidas em conjunto, as imagens não permitem medir uma transformação ponto a ponto, mas ajudam a perceber como uma mesma praça pode ser sucessivamente reescrita por reformas materiais, dispositivos visuais e regimes de uso.

Figura 1 – Área de convivência da Praça do Cauê após revitalização, Vitória/ES, 2017. A reorganização do mobiliário e dos percursos evidencia a relação entre requalificação material, ordenamento dos usos e condições de permanência no espaço público. Fotografia: Diego Alves.



Fonte: Prefeitura de Vitória, 2017, em Monteiro, 2017.

Figura 2 – Mural artístico na Praça do Cauê após intervenção vinculada ao projeto Renova, Vitória/ES, 2025. A imagem evidencia a articulação entre arte pública, parceria público-privada, visibilidade institucional e produção de uma narrativa urbana de oportunidade. Fotografia: Everton Nunes.



Fonte: Effgen, 2025.

Desse modo, as imagens evidenciam camadas diferentes de requalificação urbana. A área de convivência permite observar a reorganização material dos usos e das permanências; o mural explicita a dimensão visual, institucional e comunicacional da revitalização. Entre mobiliário, circulação, cor, marca e narrativa pública, a praça aparece como superfície sensível em recomposição contínua, sem que seja necessário estabelecer correspondência exata entre os enquadramentos.

Uma praça é sempre mais do que sua forma construída. Ela condensa memórias de encontro, pausas cotidianas, conversas, brincadeiras, comércio informal, práticas culturais, sombras procuradas, bancos ocupados, rotas habituais e formas espontâneas de presença. Quando esse espaço é reformado, uma nova partitura passa a orientar sua experiência. Certos usos são incentivados, outros se tornam mais difíceis; algumas presenças passam a ser acolhidas, outras se tornam deslocadas; alguns sons são incorporados à nova cena urbana, enquanto outros são filtrados ou desestimulados. A reforma, nesse sentido, opera como redistribuição sensível do comum.

A escuta do espaço revitalizado exige atenção aos sinais discretos da mudança. O som da obra anuncia um processo de transição: máquinas, martelos, serras, caminhões, perfurações e tapumes interrompem temporariamente a vida do lugar e preparam sua recomposição. Depois da inauguração, outros ritmos se instalam. O piso novo altera o caminhar, a retirada de árvores modifica as zonas de sombra e permanência, a iluminação redefine a experiência noturna, o mobiliário reorganiza os modos de sentar, esperar e circular. Mesmo quando o espaço permanece aberto e acessível, sua atmosfera pode tornar-se mais regulada, mais previsível e mais alinhada a uma imagem de cidade ordenada.

Nesse ponto, a reflexão de Schafer em *Vozes da tirania* contribui de modo decisivo. Ao discutir a paisagem sonora ilusória, o autor mostra que determinados ambientes podem parecer pacificados e desejáveis quando vistos à distância, embora revelem outra experiência quando escutados ao longo do tempo (Schafer, 2019, p. 82). Já a ideia de paisagem sonora envidraçada ilumina formas de separação entre observação e participação, entre aparência e experiência sensível (Schafer, 2019, p. 89). A praça reformada pode operar de modo análogo: oferecida como imagem de convivência e urbanidade, ela também pode amortecer conflitos, conter improvisos e regular a presença dos corpos em nome do conforto, da segurança e da valorização do entorno.

A disputa entre valor de uso e valor de troca ajuda a compreender essa operação. O espaço público, enquanto produção social, concentra práticas cotidianas, memórias e formas de apropriação que escapam ao desenho técnico do projeto urbano. Quando a reforma subordina esses usos à lógica da circulação, do embelezamento e da valorização, a praça deixa de ser vivida prioritariamente como

lugar de permanência e passa a funcionar como cena organizada para determinados modos de fruição. Nessa transição, algumas presenças ganham centralidade, enquanto outras são empurradas para as bordas. O que se reforma, portanto, não é apenas a materialidade do espaço, mas a própria partilha dos usos e dos corpos que podem compô-lo.

A partilha do sensível, em termos *rancièreanos*, permite aprofundar essa leitura. Cada reorganização do espaço redefine quem pode aparecer, permanecer, circular e participar do comum (Rancière, 2009, p. 15). Nas áreas de convivência reorganizadas, essa redistribuição pode se manifestar de modo sutil: a retirada de bancos improvisados, a redução de áreas de sombra, a eliminação de superfícies de encontro, o disciplinamento dos fluxos, a introdução de câmeras, grades discretas ou mobiliário desconfortável para permanências prolongadas. Nada disso precisa ser explicitamente proibitivo para produzir exclusão. Muitas vezes, basta tornar certos usos menos prováveis e certas presenças menos confortáveis.

A experiência sensorial do espaço ajuda a perceber essas mudanças em profundidade. Caminhar por uma praça antiga e por sua versão reformada implica lidar com temperaturas, texturas, sons, velocidades e modos de relação distintos. A contribuição de Ingold permite pensar esses deslocamentos como linhas de experiência, pois o habitar se constitui ao longo de caminhos, movimentos e práticas situadas (Ingold, 2015, p. 48). A etnografia sensorial de Pink, por sua vez, oferece um horizonte metodológico atento às relações entre corpo, mente, materialidade e sensorialidade do ambiente (Pink, 2015, p. 28). A praça, assim, deixa de ser apenas objeto de observação e passa a ser compreendida como ambiente sentido, percorrido e escutado. É nesse plano que a reforma revela sua potência de reorganização sensível.

Esses espaços redesenhados também podem ser lidos à luz dos processos de estetização urbana discutidos por Zukin, quando identidades locais passam a alimentar narrativas de consumo e distinção urbana (Zukin, 2010, p. x-xii). Ao valorizar determinados signos de ordem e urbanidade, a reforma pode converter o espaço público em vitrine da cidade desejável, apta a circular como imagem de progresso e qualidade de vida. Esse embelezamento pode conviver com a neutralização de práticas populares, com a redução do improviso cotidiano e com a substituição da convivência densa por formas mais reguladas de ocupação. A praça torna-se mais

fotogênica, mais transparente ao olhar institucional e mais alinhada às narrativas de revitalização, enquanto suas camadas de conflito e uso ordinário são suavizadas.

Escutar as reformas significa, então, acompanhar o que desaparece quando tudo parece apenas melhorar. O banco que deixa de acolher longas conversas, a árvore removida que altera a permanência, o piso que acelera a circulação, a ausência do vendedor ambulante, o silêncio novo onde antes havia encontro, o excesso de luz que transforma a noite, a geometria limpa que desencoraja o improviso: tudo isso compõe uma política sutil da presença. A reforma não elimina necessariamente o espaço público, mas redefine seus modos de hospitalidade.

Nessa perspectiva, a praça reformada funciona como índice da gentrificação em sua dimensão sensível. Ela condensa a tensão entre cuidado e controle, abertura e regulação, revitalização e apagamento. Escutá-la exige atenção ao que resiste sob a superfície renovada: memórias de usos anteriores, rastros de convivência, ritmos deslocados e presenças que insistem em reaparecer. A cidade desafina também aí, quando a requalificação do espaço público reescreve o comum segundo critérios de valorização, visibilidade e ordenamento, ao mesmo tempo em que deixa audíveis os conflitos que sua imagem procura apaziguar.

Considerações finais: por uma escuta da cidade globalizada

A cidade globalizada desafina quando seus ritmos cotidianos passam a ser reorganizados por lógicas de valorização, consumo, circulação turística e captura cultural. Ao longo deste artigo, a gentrificação foi compreendida como processo que ultrapassa a transformação imobiliária e incide sobre a experiência sensível do espaço urbano. Seus efeitos aparecem nos deslocamentos materiais e simbólicos, na substituição de usos cotidianos, na produção de silêncios, na regulação das presenças, na estetização dos territórios e na conversão da cultura em atmosfera vendável. Escutar a cidade, nesse contexto, permite perceber aquilo que a imagem oficial da revitalização tende a suavizar: ausências, ruídos, apagamentos, fricções e formas de vida tornadas incômodas.

A partir de Milton Santos (2001), a globalização foi pensada em sua tríplice condição de fábula, perversidade e possibilidade. A fábula manifesta-se na promessa da cidade criativa, conectada, segura, renovada e aberta ao mundo. A perversidade aparece quando essa mesma cidade se organiza como mercadoria, expulsa modos

de vida, financeiriza a moradia e transforma práticas culturais em signos de valorização urbana. A possibilidade, por sua vez, permanece nas práticas que recusam a redução do território à sua forma vendável. Nesse ponto, a escuta torna-se gesto crítico: acompanha aquilo que se anuncia como progresso e o que ressoa sob a superfície pacificada da cidade.

Nesse percurso, a noção de partitura sensível permitiu compreender a cidade como composição aberta, atravessada por sons, imagens, silêncios, fluxos, superfícies, gestos e memórias. A gentrificação, por sua vez, foi proposta como desafinação urbana: uma alteração nas relações entre os elementos que compõem a vida comum. O ruído das obras, o silêncio dos imóveis vazios, a música controlada dos espaços de consumo, a limpeza visual das fachadas, a retirada de usos informais e a reorganização das praças reformadas revelam uma reescrita sensível da cidade. Em diálogo com Schafer (2019), a partir de *Vozes da tirania*, foi possível perceber como paisagens apresentadas como ordenadas podem ocultar tensões acústicas, separações sensíveis e formas de controle que se tornam audíveis apenas quando a cidade é escutada em sua duração cotidiana.

A análise das reformas de praças deslocou o debate para uma escuta dos apagamentos. Praças revitalizadas podem apresentar uma imagem de cuidado, segurança e modernização, enquanto reorganizam seus usos, sombras, permanências, fluxos, mobiliários, sons e regimes de presença. Escutar essas reformas significa perguntar o que desaparece quando tudo parece apenas melhorar. A árvore removida, o banco substituído, o vendedor ausente, a conversa interrompida, a permanência desencorajada e o silêncio recém-instalado também compõem a nova partitura do lugar. Nesses detalhes, a cidade revela como cultura e poder se materializam na escala sensível do cotidiano.

Compreender a cidade globalizada pela escuta permite deslocar a crítica urbana para além da denúncia da mercantilização do espaço. A escuta não resolve as contradições da cidade, mas torna audíveis suas camadas menos evidentes. Ela permite reconhecer que a disputa pelo urbano envolve moradia, memória, circulação, imagem, som, silêncio, corpo, permanência e pertencimento. Nesse sentido, escutar é uma forma de atenção política: uma prática que acompanha os modos como o comum é composto, interrompido, regulado e reinventado.

Essa dimensão de possibilidade pode ser pensada a partir das contrapartituras sensíveis. Elas não restauram uma harmonia perdida, nem ocupam o lugar das grandes transformações estruturais necessárias à justiça urbana. Ainda assim, produzem zonas de cidadania, solidariedade e imaginação coletiva. Em meio à cidade que desafina, escutas situadas, usos cotidianos, ocupações frágeis e práticas de permanência sustentam outros modos de habitar. A cidade permanece em disputa, e é nesse campo de ruídos, silêncios e composições inacabadas que o comum pode voltar a ser escutado.

Referências

BERNARDINA, Jovani Dala. Territories in dispute: DIY cultures and contemporary arts of resistance in the age of gentrification. **DIY, Alternative Cultures & Society**, v. 3, n. 2, p. 213-228, 2025. DOI: 10.1177/27538702251375156. Acesso em: 6 jun. 2026.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O medo dos outros. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 2011, V. 54 Nº 2, p. 885-918. https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39650. Acesso em: 6 jun. 2026.

DERDYK, Edith. **Composições**: [en]cantos para a arte na educação. 1. ed. São Paulo: Diálogos Embalados, 2025.

EFFGEN, Dídimo. Praça do Cauê: mais um presente para Vitória. **Folha Vitória**, Vitória, 8 jan. 2025. Fotografia de Everton Nunes. Atualizado em: 30 mar. 2026. Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/economia/negocios/praca-do-caue-mais-um-presente-para-vitoria/. Acesso em: 6 jun. 2026.

FREITAS, Alexandre Siqueira de. Quando o tempo se torna espaço: a canção como “máquina de suprimir o tempo”. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 28, p. 317-342, maio/ago. 2023. DOI: https://doi.org/10.35699/2238-2046.2023.45336. Acesso em: 5 jun. 2026.

FREITAS, Alexandre Siqueira de. Escuta aí: considerações sobre o lugar da escuta na arte. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 16, n. 40, p. 1–19, 2025. DOI: https://doi.org/10.5965/2175234616402024e0006. Acesso em: 6 jun. 2026.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

LABELLE, Brandon. **Acoustic territories**: sound culture and everyday life. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2019.

LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin. **Gentrification**. New York: Routledge, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MONTEIRO, Marcus. Praça do Cauê revitalizada é entregue aos moradores. **Prefeitura de Vitória**, Vitória, 29 dez. 2017. Atualizado em: 30 dez. 2017. Disponível em: https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/praca-do-caue-revitalizada-e-entregue-aos-moradores-26573. Acesso em: 6 jun. 2026.

MOULD, Oli. **Urban subversion and the creative city**. London: Routledge, 2015.

NANCY, Jean-Luc. **A la escucha.** Tradução de Horacio Pons. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

PINK, Sarah. **Doing sensory ethnography**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAFER, R. Murray. **Vozes da tirania**: templos de silêncio. Tradução de Marisa Trench de Oliveira Fonterrada. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, Oxford, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-8330.00249. Acesso em: 5 jun. 2026.

ZUKIN, Sharon. **Naked city**: the death and life of authentic urban places. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Como citar este artigo: BERNARDINA, Jovani Dala; FREITAS, Alexandre Siqueira de. Quando a cidade desafina: escuta, gentrificação e partitura urbana no mundo globalizado. **Mosaico**, v. 18 n. 29, e1829202605, 2026. DOI: 10.12660/rm.v18n29.2026.98498